



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020

(Do Sr. CARLOS VERAS)

Susta os efeitos do Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020, que "Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020, que "Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.979, de 2020, "dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", as quais terão o propósito de proteção da coletividade (§ 1º, art. 1º).

O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, definiu "os serviços públicos e as atividades essenciais", entendidos como aqueles que



terão o exercício e o funcionamento resguardados em relação ao conjunto de providências previstas no mencionado diploma legal.

Nos termos de seu art. 3º, § 1º, “são serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (grifo não existente no original).

Ocorre que, na data de hoje, momento em que o Brasil enfrenta sucessivos recordes no número diário de óbitos, o presidente da República, que mais cedo se dirigiu ao Supremo Tribunal Federal e fez um “apelo para que as medidas restritivas nos estados, motivadas pela crise do coronavírus, sejam amenizadas”¹, edita o presente Decreto que viola a Constituição Federal, ofende o direito à vida, extrapola o poder regulamentar e coloca a coletividade em risco.

Prossegue, na verdade, à estratégia já divulgada de promover a retomada da atividade econômica em detrimento da vida por meio da ampliação da relação de serviços essenciais², sem que possuam eles, necessariamente, essa natureza.

Bolsonaro inverte a lógica com seus sucessivos decretos até o momento em que tudo será essencial, menos a defesa e a garantia do direito à vida.

Imperioso, pois, que o Congresso Nacional, com a urgência que o caso requer, suste os efeitos do Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020.

Sala das Sessões, em de de 2020.

1 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/bolsonaro-atravesa-praca-dos-tres-poderes-a-pe-e-vai-ao-stf-acompanhado-de-ministros.ghtml>

2 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/bolsonaro-deve-ampliar-lista-de-atividades-consideradas-essenciais-na-crise-do-coronavirus.shtml>, da qual se extrai: “Outros itens defendidos por parte do governo, como uma ampla liberação para o comércio eletrônico e a operação de startups, ainda estão em debate. O receio é que, ao liberar esses setores, outras atividades também possam cobrar do governo uma liberação para que voltem a funcionar”.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 07/05/2020 18:28

PDL n.197/2020

Documento eletrônico assinado por Carlos Veras (PT/PE), através do ponto SDR_56142, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

